

# Livros & Ideias

## Jorge Jardim Gonçalves O poder do silêncio

Seja-me permitido que comece por cumprimentar o Senhor Presidente Ramalho Eanes, que nos honra participando neste encontro cívico e cultural para a apresentação do livro de Luís Osório sobre Jorge Jardim Gonçalves — livro que aliás prefaciou valiosamente.

**C**umprimento cordialissimamente Jorge Jardim Gonçalves, meu Amigo, a Luís Osório, a quem mais fiquei a admirar depois de ter lido este seu livro, ao ilustre Senhor representante da Editora, e a todos Vossas Excelências, aqui presentes.

**1** Surpreendido pelo convite de Luís Osório para publicamente apresentar, hoje, aqui, este seu livro, logo lhe disse que, para prestar justiça à sua obra, não me considerava uma grande autoridade nesta arte. Mas ele insistiu. Por isso aceitei, em sua consideração; mas, e não menos, também em consideração do biografado, o meu velho companheiro de Universidade e depois amigo para toda a vida, Jorge Jardim Gonçalves. E em consideração de Assunção, sua Mulher, e de seus filhos — família amiga da minha família. A amizade, como vem desde a sabedoria dos filósofos da Grécia Antiga e desde a vida de fé dos primeiros cristãos, faz parte essencial da seiva da vida humana. Sem ela, a nossa vida fica moribunda.



POR  
**Mário Pinto**

Professor Catedrático Jubilado da Universidade Católica Portuguesa.  
Presidente do Conselho Editorial de Nova Cidadania

Além disso, acresce que Jorge Jardim Gonçalves sofre hoje de um martírio dos mais atrozes: o do rebaixamento público, claramente mal-intencionado, da sua honorabilidade pessoal e da regularidade da sua gestão de banqueiro ilustre. Que tudo viera sendo, a todos os títulos, da mais elevada admiração geral, no País.

Depois de, numa carreira profissional crescentemente prestigiada, na banca, e sobretudo pelo seu trabalho de liderança no BCP, nos últimos 20 anos, ter subido ao lugar de primeiro banqueiro português e a um destacado lugar de admiração entre os seus pares no plano internacional, desceu fulminantemente — após ter deixado o cargo de presidente executivo, no BCP — ao lugar de um réu portuguesmente degradado na opinião

social publicada. Em apenas dois curtos anos, um décimo do que lhe custara criar e desenvolver o banco.

**2** Recordo, a propósito, um outro caso, em que pessoa amiga sofreu também assim uma pública e chocante perseguição mediática e judiciária (posso dizer que era injusta, porque se veio a provar finalmente, em tribunal, que havia inocência). Refiro-me ao caso de Roberto Carneiro. A acusação que lhe foi feita pela magistrada — é sem dúvida um exemplo que merece severa crítica jurídica — exprimiu-se primariamente, numa afirmação curta e sem argumentação probatória, no termo de uma longa peça em que Roberto Carneiro não era apontado. Dizia-se aí (e resumo por palavras minhas) que ele, como Ministro da Educação, não podia deixar de conhecer o que um seu Director Geral assinava; e que, mesmo se não conheceu, é merecedor de acusação porque se tivesse conhecido seguramente teria concordado. Isto é, uma acusação das mais ingratas, não com base em dolo provado; mas com base no dolo eventual.

Demorou mais de dez anos para que Roberto Carneiro se libertasse desta exageração justicialista. A avaliar pelo andamento das coisas e notícias, Jorge Jardim Gonçalves também já tem para uma vida.

**3** Casos assim, em que às acusações de supervisores e magistrados se juntam as «acusações» mediáticas de opinião pública manifestamente preconceituosa, como o de Roberto Carneiro e o de Jorge Jardim Gonçalves, merecem uma biografia. Direi mais: exigem uma biografia. Poderá alguém, em tranquila consciência de cidadão digno e responsável, dispensar-se de conhecer o circunstanciado depoimento público dos réus, nestes casos em que a opinião publicada massivamente critica e assim condena cidadãos ilustres? Não seria justo nem cívico; porque, nesses casos, a opinião publicada que entrou activamente no processo de acusação, de certo modo declarando-se «assistente», tem também de ser replicada.

**4** Portanto, e antes de tudo o mais, creio que devemos um agradecimento a Jorge Jardim Gonçalves, pela confissão do livro que nos é apresentado, a qual de certo decidiu fazer com sacrifício íntimo, porque nada na sua vida demonstra que seja desejoso de glorificações mediáticas.

E igualmente a Luís Osório, ilustre e respeitado nome do mundo das artes e da comunicação social, por ter objectivamente escrutinado a confissão e feito o livro, que ele próprio nos declarou ser da sua inteira responsabilidade — escrito, como garantia da sua independência, num longo tempo de cinco anos e num volumoso trabalho. Ele, que de Jardim Gonçalves não era amigo nem conhecido, antes de 2006, e confessa, numa nota preambular de Autor, que: talvez o seu perfil «fosse o que mais longe estaria da [...] visão do mundo» do biografado.

**5** Perdoar-me-ão estas considerações iniciais. Mas penso que não seria razoável apresentar publicamente este livro sem referir o seu real enquadramento na circunstância. Como se se tratasse da saída de um livro que fosse de interesse apenas literário, ou histórico; de um livro de crónica económica, ou de crónica social; uma ilustra-



***Regressado da guerra, este período da sua vida no Porto — que foi curto, mas intenso para a sua vida familiar, profissional e de militância política e católica —, está bem contado no livro***

ção de personalidades ou de famílias.

De facto não é assim. Este livro emerge num caso em que uma acusação pública muito dirigida «ad hominem» pôs em causa a dignidade pessoal e familiar de Jorge Jardim Gonçalves, bem como a sua gestão de prestigiado banqueiro e a daqueles que com ele trabalharam, estiveram e estão. Mas não só isso. É que o caso pôs também em causa os próprios acusadores mais ou menos mediáticos, designadamente notórios investidores e “players” financeiros interessados em conquistar (e em combater) posições financeiras importantes no banco (portanto, não isentos); supervisores com poderes públicos com intervenções extraordinárias, e no mínimo muito discutíveis; e, «last but not least», manobreadores com poder político e relações pessoais com beneficiados no processo.

**6** Posto isto, consideremos então mais directamente o livro. Penso que não há uma norma canónica para estas apresentações — que talvez possam considerar-se como recensões numa forma apropriada de oralidade, assim como se fosse o testemunho pessoal do primeiro leitor do livro.

Foi, aliás, Luís Osório quem me cumprimentou com esse título de «primeiro leitor», naturalmente depois do prefaciador. Que — deve notar-se — é António Ramalho Eanes, autor de uma belíssima introdução de 33 páginas, em que, com muito cuidado e sabedoria recapitula a biografia de Jorge Jardim

Gonçalves — uma preciosa ajuda para o leitor —; concluindo, num gesto que honra o seu intemerato carácter, de que já deu sobejas provas ao País, com forte e independente testemunho pessoal de admiração por Jorge Jardim Gonçalves e sua mulher, Assunção.

**7** Comecemos pelo corpo do livro. E depois lhe sondaremos a alma, ou a alma que deixa em nós.

Assim direi, necessariamente na generalidade, da sua concepção e organização, que é interessante; da sua informação, que é sólida e abundante; do seu ritmo, que não cansa; das suas atmosferas, que são vivas.

Do livro como obra de arte, por assim dizer. O qual, num primeiro andamento, como o Autor lhe chamou, nos dá um retrato fílmico de uma pessoa que nasce e cresce numa família madeirense na década de trinta; numa vizinhança e numa parentela: num tempo e numa sociedade à sua volta. Os que, como eu, nasceram na mesma década, verão como a descrição de Luís Osório nos faz respirar cheirosas atmosferas das infâncias desses tempos, que tinham traços comuns em todo o país.

**8** Vem depois, ainda no mesmo andamento, que é o da vida pessoal e familiar, a fase do estudante, com uma típica vinda de um madeirense para o Continente; a sua frequência dos preparatórios de Engenharia na Universidade de Coimbra; e a conclusão brilhante do Curso na Faculdade de Engenharia do Porto.

Foi aí, no Porto, que encontrou Assunção, de família conhecida na mais alargada família portuense; residente na recatada Rua da Bandeirinha, que desce pela escarpa do Douro como «miradoura» escondida, a jusante do monte da Vitória e a montante do saudoso Palácio de Cristal, dele separada por uma clássica rua que desce, em forte declive e de través, lá do alto para o rio, a Rua da Restauração.

Porto onde depois casou, na histórica Igreja da Lapa; e onde viveu o primeiro período da sua vida familiar e profissional, como engenheiro de grandes obras de elevada complexidade e como docente universitário na Faculdade de Engenharia.

Nesta altura, a sua vida ordinária é interrompida pela mobilização para a

guerra, em Angola. A descrição da sua vida militar, entremeada na sua vida familiar, é uma das maiores surpresas desta biografia: Jorge Jardim Gonçalves oficial combatente, um dos «heróis de Nambuangongo» militarmente condecorado com a cruz de guerra, é-nos apresentado por Luís Osório sobretudo numa aproximação pessoal e até íntima, em que o biografado numa tão violenta e diferente situação como é a do teatro da guerra, sobretudo não deixa de ser sempre o mesmo homem de convicções e de família. Notável.

**9** Regressado da guerra, este período da sua vida no Porto — que foi curto, mas intenso para a sua vida familiar, profissional e de militância política e católica —, está bem contado no livro. Mas, se me é permitido testemunhar —, porque também eu e minha mulher o vivemos no Porto, com Jorge e Assunção —, direi que foi de grande importância: quer para a vivência de um catolicismo que acompanhou, de pleno coração e sem conflito, a renovação conciliar na Igreja; quer para a participação prudente, mas valente, na corrente de renovação política em Portugal; quer ainda para a opção pela nova carreira na banca, para que, precisamente aí, foi desafiado por alguém que o conhecia muito bem.

**10** Ensinava eu então disciplinas de direito na Faculdade de Economia do Porto, depois de ter vivido e trabalhado em Lisboa, por cerca de quatro anos, no grupo em que Sedas Nunes era o mestre e o líder incontestado, e onde encontrei o meu rumo profissional. Tinha sido uma ruptura de vida, ir para o Porto. Mas veio a ser também para mim providencial.

Porquê? Porque, creio eu, a década de sessenta teve, no Porto, especialmente para os católicos, uma ambiência marcada pelo arbitrário e ilegal exílio político do Bispo do Porto. Essa dolorosa questão foi muitíssimo importante, foi de certo modo uma provação fecunda.

Porque o Bispo António Ferreira Gomes tornou-se assim uma mais forte referência, que manteve unida a Acção Católica, sem conflito entre, por um lado: a pertença à Igreja de Cristo (representada pelo Bispo D. António — D. Florentino era apenas Administrador Apostólico); a adesão ao Concílio e às novas Encíclicas Papais, de João XXIII e de Paulo VI (recordemos que a censura não deixou então que os jornais publicassem a Encíclica Pacem in Terris, que expunha sobre os direitos humanos); e, por outro lado, a crítica activa ao regime político.

Em torno de D. António Ferreira Gomes, leigos militantes católicos desse tempo mantiveram-se unidos na Igreja e

na sua crítica ao regime. Foi por isso que à nova geração católica do Porto dos anos sessenta, que participou civicamente tanto como a de Lisboa —, por exemplo, quer na Ala Liberal, quer na Sedes —, não lhe aconteceu ter sentido a necessidade de sair da Igreja. Isto é, não foi uma «geração vencida do catolicismo», na expressão do saudoso João Benard da Costa.

**11** Do Porto, como disse, partiu surpreendentemente Jorge Jardim Gonçalves para uma nova carreira profissional, com Assunção e os filhos. Poucos ou nenhuns de nós, então seus amigos e companheiros, encontrámos justificação bastante. Talvez a grande amizade e a confiança com alguém possa explicar melhor — que o digam Jorge e Assunção, porque tais decisões foram sempre entre eles unanimemente a dois.

E na banca fez Jorge Jardim uma excelente carreira, demonstrando uma extraordinária vocação. Todos o sabem: no Banco da Agricultura, de onde foi saneado por excessos revolucionários do PREC; depois em Espanha, onde teve de se refugiar e procurar emprego; depois de novo em Portugal, retornado a pedido de Ramalho Eanes e de outros amigos, na banca nacionalizada; finalmente, num novo Banco privado, o BCP, criado numa evidente necessidade de se refazer o tecido bancário português nacionalizado.

**12** Foi então que a personalidade e o carisma de Jorge Jardim Gonçalves se revelaram na resposta que deu a um grupo de clarividentes empresários, os quais — na conjuntura ainda dominada por uma concepção ideológica de centralização, pela propriedade do Estado, dos grandes centros de decisão da economia — o convidaram para presidir à criação de uma nova instituição bancária privada. Notável iniciativa, que bem merece ser como tal reconhecida.

Essa resposta punha uma condição «sine qua non» para a sua aceitação: foi a ideia da separação entre a propriedade do capital e a administração do banco. A gestão teria de ser independente e não ceder a interesses parcelares de accionistas. O que exigia condições institucionais adequadas e drásticas, na comparação com o que era tradição.



Sem dúvida, a maior das criações de Jorge Jardim Gonçalves foi a da sua concreta concepção e prática da gestão de uma empresa bancária, que se distinguiu como «case study» no plano internacional

Portugal teve, sem dúvida, na sua história, bons e prestigiados banqueiros; mas a tradição era que a Administração pertencia aos sócios dominantes. Romper com esta tradição, era inovador e até chocante. Mas assim se concordou, o que abona muito em favor da clarividência e honra dos empresários fundadores.

**13** Haverá mil razões de ordem prática e gestonária para defender este princípio, da separação entre a gestão e a propriedade do banco, ou entre os administradores e os accionistas. Mas recordo que, nos anos sessenta, tinha sido discutida essa tese, como um novo horizonte de prática empresarial, em certos meios e segundo uma inspiração doutrinária específica. A qual se apresentava sedutora para a doutrina social da Igreja, que, desde Santo Agostinho e S. Tomás de Aquino, defendeu a distinção entre o título privado da propriedade e a gestão dos bens em vista do seu usufruto social.

Essa discussão teve, aliás, a participação activa de Jorge Jardim Gonçalves, no âmbito das reflexões reformistas das organizações de leigos católicos. Eu próprio, em 1964, cheguei a traduzir e a prefaciar um livro francês sobre a reforma da empresa, que entre outros temas inovadores atacava a questão da distinção e da separação entre a propriedade e a gestão das empresas. Esse livro, que há muito saiu dos escaparates, é do francês Bloch Lainé, e intitula-se precisamente *A reforma da Empresa*.

**14** Mas a doutrina discutida não basta. Sem dúvida, a maior das criações de Jorge Jardim Gonçalves foi a da sua concreta concepção e prática da gestão de uma empresa bancária, que se distinguiu como «case study» no plano internacional. Ele concebeu e executou uma forma própria de criar, organizar e gerir um banco, com enorme sucesso global, não apenas de crescimento financeiro, mas também organizacional, cultural, doutrinário, moral. Ela foi muito inovadora nas relações externas do banco com os seus clientes; mas não menos inovadora nas relações internas, seja entre os accionistas e os administradores, seja entre estes como equipa, seja entre a administração e os empregados.

**15** Esta notável inovação — onde marcaram a cultura de empresa que se criou, a coesão da equipa de administração e o ambiente de colaboração geral — creio que se deveu decisivamente à personalidade e à educação de Jorge Jardim Gonçalves.

E a prova é que tudo se derrumbou, caindo no conflitualismo pelo poder, que resvalou até à guerra pública, e por fim à desagregação, logo que, com outra cultura e convicção, um outro lhe sucedeu no comando da gestão, e novos accionistas pretenderam conquistar o poder no banco, para o que tiveram de expulsar e destruir o símbolo da anterior cultura: as pessoas e as formas de organização e de gestão. Esta será, penso eu, a moral desta história do BCP.

**16** Com dizer isto, já avancei muito cronologicamente na história contada no livro.

O livro, como já disse e recordo, não faz assim: não conta a história inteira num só fio cronológico. Conta-a em dois fios, que vai «desfiando» em paralelo mas enrolando um no outro, assim como quem faz uma trança.

Exemplificando. Ao capítulo número 1, em que o Autor nos representa uma reunião do biografado e da sua família, num ambiente que nos entra pelos sentidos, intitulado «Uma noite no Funchal», segue-se imediatamente um outro capítulo diferente, mas também com o número 1, intitulado «O escolhido», onde nos narra a história (muito mais tardia) da escolha do sucessor de Jardim Gonçalves no Millenium BCP, Paulo Teixeira Pinto.

Ao capítulo número 2, que realmente é o terceiro, que nos conta uma fase seguinte da sua vida pessoal e familiar, segue-se um segundo número 2, que

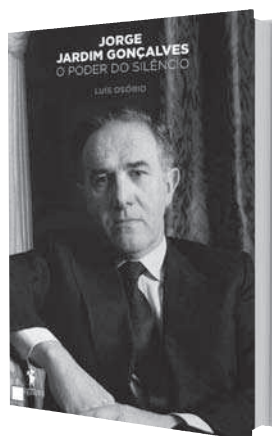
nos relata (em tempo posterior) as dificuldades e dúvidas que começam com a gestão de Paulo Teixeira Pinto, intitulando «a dúvida nasce cedo».

E por aí adiante, sempre desdobrando cada capítulo em dois: um primeiro, para a história da vida pessoal e familiar do biografado, e um segundo (mas com o mesmo número), para a história do BCP, cuja narração começa a partir da sua sucessão na administração, até à queda do banco e às questões judiciais que se lhe seguiram, mas vai recordando a vida profissional anterior.

Desta forma fílmica de contar, a arte do Autor mostra-nos, com mais força e claridade, as duas linhas de uma mesma coerência. Por um lado, como o homem de família e de certa convicção era o banqueiro; e, por outro lado, como o banqueiro era o homem de família e de certa convicção: em suma, como o jovem, o estudante, o noivo, o soldado e herói de guerra, o pai de família, o cidadão civicamente activo, o engenheiro e o banqueiro, foram sempre, ao longo do tempo, uma só pessoa.

**17** É sobretudo nisto que eu vejo a alma do livro — não menos do que na sua forma literária. E considero tudo muito conseguido; porque, sem perda de interesse — e antes pelo contrário —, permite uma leitura mais funda, exactamente porque menos linear, do biografado e da sua vida. Saltamos da sua vida privada para a sua vida profissional, como quem olha para uma lado e para outro de algo que é complexo, mas assim se vai descobrindo cada vez melhor na sua coerência. Repito, este é um dos traços mais interessantes do livro: contar uma história só, e com unidade, em duas linhas paralelas — ou, como o Autor preferiu dizer, em dois andamentos. Talvez tenha razão em dizê-lo assim, porque é mais dinâmico.

**18** Mas se a personalidade do biografado resulta como fortemente evidenciada, no livro, não menos importante se me afigura um outro aspecto. É que a informação que nos é oferecida, pela sua abundância e coerência, supera muito largamente o que tem estado ao alcance do cidadão normal. Luís Osório e o próprio Jorge Jardim Gonçalves — porque o Autor enriquece



Luís Osório  
**Jorge Jardim Gonçalves.**  
**O poder do silêncio**  
Dom Quixote,  
Lisboa, 2014

o seu texto intercalando declarações literais do biografado —, conseguem, por assim dizer, iluminar mais «por dentro» a história do banco, a qual nos tem sido publicamente contada mais «por fora». E, tratando-se de uma história conflituosa, fazem-no, ambos, sempre com precisão e numa contenção verbal de grande senhorio. Esta narração de uma história... permite-nos tirar a moral da história. E a moral da história é a alma deste livro. Seja-me concedida, a este propósito, uma nota pessoal.

**19** A história dos acontecimentos no banco, e à volta do banco, depois da substituição de Jardim Gonçalves na presidência, leva a uma ideia muito antiga, que me permito aqui dizer de uma forma talvez um pouco rude: de facto, uma pessoa, ou é educada, ou é um vira-ventos. Se é seriamente educada, é sempre a mesma, ao longo e em toda a sua vida — e merece crédito. Se não é educada, é um vira-ventos imprevisível, e pode merecer amor e misericórdia, mas não merece crédito. Isto é o que este livro nos faz ver com muita nitidez. O que talvez venha conjunturalmente a propósito, nos temporais que varrem a Europa, quando os vira-ventos já nem sabem para que vento se hão-de virar.

**20** E com isto, sobre a apresentação do corpo e da alma do livro, é tempo de terminar. Mas, como já preveni, permitir-me-ia ainda entrar num outro plano: o da alma que o livro nos faz nascer. Muito brevemente, referindo apenas três das interpelações que a leitura do livro a mim me suscitou.

**21** Primeira interpelação. Da importância das pessoas. Esta biografia, que é obra do Autor mas aproveitou uma longuíssima e escrutinada confissão do biografado, atira-nos à cara, direi violentamente, uma tremenda querela antropológica: a da importância, ou menor importância, das pessoas, no confronto com a alegada determinância das condições materiais circunstanciais. Vejamos.

O BCP de Jardim Gonçalves foi considerado um «case study» para as ciências empresariais — que são ciências positivas. Estas ciências, mesmo quando



**A esta luz, torna-se eloquente o subtítulo que o Autor escolheu para o seu livro: «o poder do silêncio». Ele não nos explicou esta sentença sibilina, paradoxal, que nele se contém; mas talvez tenha feito bem em silenciar sobre o poder do silêncio**

nas suas análises e teorizações incluem o chamado factor «da moral» — sobretudo na gestão dos recursos humanos, na publicidade, nas relações de concorrência de mercado, no serviço ao cliente — não o fazem em nome de nenhum valor moral, visto que recusam, ou põem entre parêntesis, quaisquer dependências morais e espirituais. O seu objecto é conhecer objectivamente os processos sociais: as relações entre factores, formas organizatórias e consequências fácticas ou facticamente observadas.

Mas o que se pode concluir da sobrevinda queda e conflitualidade no BCP, após a gestão Jardim Gonçalves? Digo eu: que, na origem de tudo, não foram decisivos os factores técnicos ou materiais, os quais não mudaram com a sucessão de Jardim. O que mudou, unicamente, foram algumas pessoas, com distintos comportamentos, outra doutrina, outra educação. O que mudou é que um novo presidente e novos accionistas protagonizaram uma outra cultura de empresa; e protagonizaram — bom grado, mau grado seu — uma revolução de poder. Conclusão: a importância das pessoas. Isto é... «A importância de se chamar Ernesto».

**22** Segunda interpelação. Da importância da educação. Conexamente com a im-

portância das pessoas, como já ficou implícito na nota anterior, este livro levanta a importância da educação.

Jorge Jardim Gonçalves é homem da sua e minha geração. Mas dizer isto pouco significa, porque as gerações não são homogéneas. Por exemplo, António de Oliveira Salazar, Álvaro Cunhal, António Sérgio e António Ferreira Gomes foram da mesma geração, vivendo no mesmo tempo português; e contudo representam famílias culturais, morais e políticas que sobretudo se distinguiram e até conflituaram. Muito mais significativo é ver que Jorge Jardim Gonçalves pertence — não tanto a uma geração — mas sim a uma família, a uma vizinhança, a uma Igreja, a uma cultura, a amigos e companheiros, sempre comunicando uma criação, uma educação bem definida, interiorizada e fiel em todas as circunstâncias. E não — como parece ser hoje cada vez mais defendido pelos «cientistas da educação» — uma educação débil, ou tibia, assim como uma versão «default» numa nova concepção «naturalista» do bom selvagem.

Toda a gente fala da importância da educação, mas tal é entendida apenas como instrução: como capacidades para ganhar a vida, para fazer carreira profissional ou política, para uma socialização cultural comum «light» na escola pública estatal, neutra e igual para todos, onde são de facto impossíveis as escolhas pessoais de «projecto educativo» e onde impunemente é possível todo o contrabando educativo. Assim, há quantos anos se não ouve falar entre nós da formação do carácter? Ao poder de Estado muito convém os cidadãos «light»! E aos cidadãos light muito convém um poder de Estado!

Ora, uma verdadeira educação — que sempre necessita de guia e ajuda, porque o homem é um ser comunitário — é sempre uma «criação», ou uma «re-criação» pessoal; por via de uma auto-disciplina aceite em nome de valores, de princípios, de normas, de crenças. E, contra os divergentes impulsos ou prazeres espontâneos, nunca pode deixar de ser uma auto-sacrifício severo. Não é portanto um dom naturalista, um dado; é um construído. Não é uma bem-aventurança gozosa; é uma virtude custosa. Não é uma primeira natureza; é uma segunda natureza.

Mais, ainda, numa outra perspectiva:

a educação é uma pertença. Ora, hoje, não é valioso pertencer, seja a que for. Em vez de se valorizar a vinculação ou pertença como expressão a mais elevada da livre vontade pessoal, o que se vai vivendo como expressão suprema da liberdade pessoal é o livre divórcio de todos os vínculos, mesmo quando vínculos jurados. Assim, a liberdade individualista substitui a liberdade de conviver fielmente; e proclama o primado da liberdade da infidelidade, que obviamente não garante a solidariedade do progresso humano, nem sequer a própria comunidade.

Dantes, pelo menos dizia-se consensualmente — e até por vezes se legitimava — que se pertencia a uma gente, a uma família, a uma comunidade de próximos, a uma religião ou a uma fraternidade. A pertença, acreditava-se que era factor decisivo, que dava carácter, que era humanamente enriquecedor. Isso implicava deveres que se cumpriam. Hoje, cresce a ideologia do menor consenso possível; só falamos de direitos; só nos pertencemos cada um a si próprio; e até mesmo quando se invoca um socialismo, quase sempre o que subjaz é uma reivindicação «individualista», ainda que reivindicada em grupo ou classe, e uma imposição a outros de um sacrifício ou de uma partilha.

**23** Terceira interpelação. Da questão da opinião pública (ou publicada?). Este livro de Luís Osório provoca-nos uma interrogação sobre a opinião pública; ou, talvez melhor, publicada.

No caso BCP, a verdade é que perderam, desde logo e sobretudo, todos os protagonistas: os heróis e os vilões. Perderam os accionistas: a maior parte deles como vítimas (em especial, os pequenos investidores), outros como especuladores. Perderam os depositantes e clientes (pelo menos perderam um banco eficiente e de confiança). Perdeu a banca nacional, no seu prestígio e poder de crédito. Perdeu, e muito, o País, que entrava num período de grandes dificuldades financeiras — por sinal, com responsabilidade de alguns dos que também provocaram a crise no banco.

Mas, segundo a imagem dominante que a comunicação social nos dá, parece que ninguém, hoje, destaca ou lamenta a perda da riqueza material e moral do Millenium BCP. Quase ninguém se

atreve hoje a lamentar — em alta voz, claro — esta imensa perda; e as notícias e comentários, que os órgãos de comunicação social predominantemente nos oferecem, são sobre o calvário judiciário do banqueiro, cujo retrato vai sendo subliminarmente «reconstruído» como culpado de graves irregularidades e de grandes aproveitamentos pessoais. Com efeito, o caudal das vozes de críticos e acusadores, não raro ferozes, tem sido imenso. Em contrapartida, a voz de Jardim Gonçalves tem sido quase totalmente silenciada. A esta luz, torna-se eloquente o subtítulo que o Autor escolheu para o seu livro: «o poder do silêncio». Ele não nos explicou esta sentença sibilina, paradoxal, que nele se contém; mas talvez tenha feito bem em silenciar sobre o poder do silêncio. Foi perante esta situação mediática — vejo eu — que este livro de Luís Osório, pelo seu rigor, pela abundância da sua informação e pelo seu estilo preciso e contido (pode presumir-se que em consonância com a confissão do biografado), veio afrontar objectivamente a «opinião pública publicada» no caso Jardim Gonçalves.

**24** Assim, qual será então e finalmente a moralidade desta história?

Este caso da queda do BCP e do seu banqueiro dará entrada nos estudos das escolas de ciências empresariais? Nos cursos de comunicação social? Ou será antes deixado para aulas de política — aulas práticas, claro —, nos cursos das juventudes partidárias?

**25** Concluirei com uma última nota pessoal, sobre a leitura do livro de Luís Osório. Sendo-me relativamente conhecida a história pública da vida profissional de Jorge Jardim Gonçalves, e também da sua vida pessoal de homem católico e de família, foi para mim surpreendente experimentar como o relato desta biografia me trouxe uma intensificação do conhecimento de uma história de vida e de uma história social. Devo concluir que o relato, quando escrupuloso, aviva a memória. Mais: como que traz a história ao presente, ressuscitando — no verdadeiro centro vital do nosso conhecimento, que é o coração —, as vivências que a memória havia deixado jazer, esfriando

e esfumando-se. Assim é que é um verdadeiro «re-cordar» — «cordar» vem do latim «cor», que quer dizer coração.

**26** Por nos proporcionar uma tal experiência, tem muito mérito a decisão desta biografia de Jorge Jardim Gonçalves, no contexto em que a sua vida foi dramaticamente colocada na cena pública. É o seu direito; mas, como já disse antes, é também um favor pessoal que nos faz, e também à justiça. Mérito tem igual e decisivo o Autor, Luís Osório, que ganha com este livro um lugar na galeria dos biógrafos portugueses.

**27** Finalmente, direi que foi para mim espiritualmente enriquecedor, com a leitura deste livro, reconhecer, na história da crucifixão pública judiciária de Jorge Jardim Gonçalves, a sentença que nos foi deixada por um dos maiores nomes de cristãos, cultos e santos, do século IV, Evágrio o Pôntico, que escreveu, num dos seus mais famosos livros, o seguinte (que traduzo com alguma liberdade, mas julgo que fielmente):

«É sempre vergonhoso estar em processo, quer se seja vítima de uma injustiça, quer se seja autor de uma injustiça; mas, quando se é vítima, só é vergonha se não se souber suportar; para os que são autores, ao contrário, é sempre vergonhoso, porque cometem injustiça» (cf. Jean-Yves Leloup (coord.) Evagre le Pontique, Praxis et gnosis, Albin Michel/Cerf, Paris, 1992, p. 95). Ora, o livro de Luís Osório mostra-nos que Jorge Jardim Gonçalves sabe suportar.

**28** Minhas Senhoras e meus Senhores: outro fosse o apresentador, outra seria a apresentação deste livro. Talvez tenha sido longo. Peço contudo para me punirem apenas na proporção relativa das quase setecentas páginas do livro, e das 33 páginas do Prefácio, cuja leitura espera Vossas Excelências.

Porque o mais importante aqui hoje não foi a minha intervenção. É o nosso encontro com o biografado e com a sua biografia, obra de Luís Osório, que fica, íntegra e disponível, à espera da nossa leitura. Auguro a todos um encontro forte, com um livro forte, sobre um homem forte. Muito obrigado. ■